

Com luta é possível reverter o aumento do plano de saúde

Servidores cruzam os braços em protesto ao reajuste do convênio médico e a inclusão da co-participação

Hoje é dia de protesto para os servidores do TRF/JF contra o reajuste do plano médico-hospitalar. Para mostrar a nossa indignação, vamos nos unir e cruzar os braços por duas horas, a partir das 14h, para mostrar à administração que não aceitamos este reajuste. Também será realizada uma assembleia para avaliação e definição de rumo do movimento.

No último dia 13 a administração passou um comunicado que o convênio médico Amil, dos servidores do TRF/JF de São Paulo e Grande São Paulo será reajustado em 12,5% e mais a inclusão da co-participação de 20% nos procedimentos médicos (exames, consultas e outros). De acordo com o comunicado da administração, o aumento começa já no próximo mês, e os servidores terão que pagar a "diferença relativa aos valores retroativos a abril que será dividida em cinco parcelas, que serão descontadas em Folha de Pagamento de agosto a dezembro de 2011".

O argumento da administração usado para justificar o reajuste é que os recursos destinados à saúde na Justiça Federal "encontram-se inalterados desde 2003". Mas, segun-

do estudo realizado pelo Departamento Econômico do Sintrajud, o orçamento autorizado de toda a Justiça Federal para a Assistência Médica e Odontológica (A.M.O.), em 2011 foi de R\$ 82,5 milhões, uma redução de 2,99% quando com-

É possível reverter o aumento e a inclusão da co-participação com mobilização



Jesus Carlos

21/7 – Servidores decidiram cruzar os braços em assembleia realizada na semana passada na frente do TRF-3

rado a 2010. "O grande problema é que essa redução está ligada ao fato de que há vários anos a média do valor por beneficiado está congelado em R\$ 90", explicou Washington Moura Lima, coordenador do Departamento Econômico do sindicato.

Para resolver o problema, explica o economista, é possível fazer remanejamento de outras rubricas, e que não há nenhum impedimento legal. Tanto é que isso ocorreu no Tribunal Superior do Trabalho (TST) na semana

passada. Foi publicado no Diário Oficial da União de 21/07/2011 que o Crédito Suplementar de R\$ 2.874.035 para a Assistência Médica e Odontológica no TST. Além do reforço da dotação que representa uma melhoria nesse benefício para

os servidores é também relevante que o valor remanejado saiu da rubrica "Apreciação de causa na JT GND- 3 (Grupo de Natureza de Despesas de Outras Despesas Correntes). Comprovando assim, que há possibilidade jurídica e orçamentária para o remanejamento de verba, principalmente dentre do mesmo grupo de despesas como é o caso da A.M.O. cuja maior parte do orçamento está também no GND-3.

O servidor do TRF- e diretor do Sintrajud Dalmo Duarte, ressalta que só com muita luta será possível reverter esse reajuste. "Os trabalhadores, unidos, precisam pressionar a presidência a tomar providências para solucionar o problema. O presidente do tribunal, o desembargador Roberto Haddad, tem uma cadeira no Conselho de Justiça Federal e, portanto, pode negociar o remanejamento necessário e também o aumento da verba do orçamento para 2012 para que não passemos por isso novamente", lembrou.

A luta pelo PCS

Vale lembrar que a política global do governo é para congelar os salários e benefícios de todos. Por isso, a categoria precisa lutar para que o congelamento imposto há cinco anos aos servidores do judiciário acabe. Precisamos continuar lutando para aprovar o PCS. É bom observar que se tivéssemos um reajuste salarial, o repasse para o Pró-Social seria maior e com isso reduziria o déficit orçamentário. Esse problema está diretamente ligado a nossa luta contra o congelamento salarial. Por isso, é preciso combiná-las para ganharmos força.

A solução está nas mãos da **presidência do TRF**

Servidores devem se mobilizar para cobrar da administração uma solução

Joana Darc Melo



25/7 – Comissão do Sintrajud se reúne com Ministro Ari Pargendler, e a secretária geral, Eva Maria Barros, do CJF

É possível remanejar verbas para evitar o reajuste de 12,5% do plano médico-hospitalar, a co-participação e o aumento retroativo. Tudo depende do Presidente do Tribunal, Roberto Haddad. Esta foi a conclusão das duas reuniões realizadas nesta segunda-feira (25), em Brasília, com o presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF), o Ministro Ari Pargendler, a secretária geral do CJF, Eva Maria Barros, e a comissão formada pelos diretores do Sintrajud Cléber Aguiar e Adilson Rodrigues, o servidor Taasi Gonçalves Moreira e o economista e coordenador do Departamento Econômico do sindicato, Washington Moura Lima.

Os representantes reportaram a indignação dos servidores com as medidas e a forma de condução da administração. “Ambas as conversas sinalizaram um compromisso para solucionar o problema. Eva sinalizou que a solução para o equacionamento do plano está nas mãos da administração do TRF”, afirmou o diretor do Sintrajud Adilson Rodrigues.

Diante do cenário, o CJF se comprometeu a entrar em contato com a administração do TRF para que este aponte quais as rubricas a serem remanejadas para solucionar o déficit da Assistência Médico Odontológica (A.M.O.).

A categoria deve pressionar a administração a não assinar o aditivo junto a Amil para o reajuste até que sejam remanejadas as verbas para AMO.

Presidência do Tribunal não recebe o sindicato

Há muito tempo o sindicato vem tentando ser recebido pela presidência do tribunal, sem êxito. No último período o problema do orçamento da A.M.O se agravou. Desde abril a administração vem negociando o reajuste e só no final de julho deu ciência aos servidores. Além de ter tomado uma decisão unilateral, a categoria foi informada via comunicado. Segundo o diretor do sindicato Adilson, o presidente do CJF foi pego de surpresa, pois nunca Roberto Haddad tocou no assunto.

“Aproveitamos também o encontro para mostrar o levantamento feito pelo Departamento Econômico do Sintrajud sobre o orçamento da saúde e a possibilidade de remanejamento de outras rubricas”, observou Adilson.

Segundo o diretor do Sintrajud, a secretária do CJF ficou de fazer um levantamento do orçamento junto à administração do TRF e que irá entrar em contato com o sindicato para dar uma resposta sobre o problema ainda nesta quarta-feira. “Insistimos na urgência, já que, segundo o comunicado, o reajuste já começa a valer já no próximo dia 1º de agosto.”

“Acima de tudo, ficou claro que a responsabilidade é da presidência do TRF. Por isso, é de extrema importância que a categoria se mobilize para cobrar

uma solução da administração, já que a saúde é um direito de todos”, disse Adilson.

Segundo o diretor do Sintrajud Cléber Aguiar, a secretária geral do CJF disse que os tribunais já enviaram ao CNJ a previsão orçamentária de 2012 com base no texto original do PL 6613/09 (56% de reajuste no VB).

Mais ações

Na última sexta-feira (22), a comissão, juntamente com a advogada Eliane Ferreira, do Sintrajud, se reuniu com o Pró-social para buscar uma solução.

Na ocasião, acordaram em apresentar à administração proposta de suspensão da medida até que se encontre uma solução.

A suspensão é importante, porque nos dá mais tempo para brigarmos por mais verba para a saúde, já que em outubro o custo do plano de saúde pode ser repassado integralmente para o trabalhador, por falta de verbas. Ou seja, o que é ruim pode ficar ainda pior, já que a verba para a saúde do TRF-3 de 2011 se esgota neste mês. Além do fim do repasse do auxílio-saúde (90 reais) aos servidores optantes.

Lamentavelmente, até o fechamento deste boletim - continuando com o descaso diante dos trabalhadores - a administração não se pronunciou.

“...Os tribunais já enviaram ao CNJ a previsão orçamentária de 2012 com base no texto original do PL 6613/09 (56% de reajuste no VB)”

Sintrajud entregará **Abaixo-assinado** à administração do tribunal

O Sintrajud irá entregar nesta terça-feira (26) o abaixo-assinado, com quase duas mil assinaturas, reivindicando a suspensão do aumento de 12,5%, da co-participação e também que o Presidente do TRF-3 tome as medidas necessárias para garantir o remanejamento das verbas necessárias, além do aumento dessa rubrica no orçamento de 2012. Por fim, estamos também pleiteando que o tribunal

rediscuta com a Amil o reajuste de 12,5% que consideramos abusivo, pois é o dobro da inflação.

O diretor do Sintrajud Dalmo Duarte lembra que um dos argumentos usados pela Amil para o reajuste é o aumento da sinistralidade. “Não acreditamos neste critério, pois não temos nenhum controle sobre as informações que a Amil utiliza para este cálculo”.

O diretor do Sintrajud Cléber Aguiar orienta

que os servidores devem entrar no site da Amil e verificar todos os procedimentos já realizados. Se houver lançamento de algum procedimento não realizado, o servidor precisa procurar o Pró-Social e informar o ocorrido. “Estamos recebendo muitas reclamações de duplicidade de procedimento e até mesmo de alguns não realizados. Esse tipo de coisa aumenta a sinistralidade do convênio”, explica Cléber.